



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA
GABINETE DO PREFEITO

Ibiúna, 06 de maio de 2021.

Ofício GP nº 132/2021

Senhor Presidente:

Em atenção ao ofício GPC nº 113/2021, datado de 10 de março de 2021, que encaminha o Requerimento nº 47/2021, do Nobre Vereador Jair Marmelo Cardoso de Oliveira e demais vereadores, remeto-lhe a resposta conforme doc. Em anexo.

Sem mais, reitero meus protestos de elevada estima e distinta consideração.


PAULO KENJI SASAKI
Prefeito Municipal

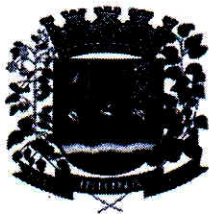
AO EXMO SR.

PAULO CÉSAR DIAS DE MORAES

DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Câmara Municipal da Estância
Turística de Ibiúna
Recebido em 10/05/2021

Ses. Administrativa



Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna

Estado de São Paulo

Ibiúna/SP, 30 de março de 2021.

ASSUNTO: resposta ao OFÍCIO GPC 113/2021 - PA 5053/2021 E
REQUERIMENTO 47/2021

A/C TADEU ANTONIO SOARES
SECRETARIO DE NEGOCIOS JURÍDICOS

Prezado Senhor,

Encaminho o presente processo administrativo informando que as informações solicitadas pelos Srs. Vereadores **não compete ao setor de licitações e contratos administrativos**. Informo que a secretaria de OBRAS é a responsável pela fiscalização do serviço de instalação de luminárias em led.

Envio ainda em anexo cópia do contrato administrativo firmando com a empresa RM EMPREENDIMENTOS EIRELI – EPP, referente ao objeto solicitado pelos Srs. Vereadores.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração, estando a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,


SILVIA DOS SANTOS
Diretora de licitações e contratos administrativos



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 59/2020

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA E A EMPRESA R.M EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP, TENDO POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIAS EM LED, EM DIVERSOS PONTOS DO MUNICÍPIO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA, ANEXO 1 DO EDITAL Nº 18/2020, DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2020 e PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8050/2020.

A **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.634.531/0001-37, com sede na Avenida Capitão Manoel de Oliveira Carvalho, nº 51, bairro Centro - Ibiúna - SP - CEP 18150- 000, representada Exmo. Senhor Prefeito, **JOÃO BENEDICTO DE MELLO NETO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade, RG nº 14.689.106-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 944.641.897-68, residente na Rua Cirineu Soares de Campos, nº 50, Centro, CEP: 18.150-000 – Ibiúna – SP, doravante denominado **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa, **R.M. EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP**, pessoa jurídica de natureza privada, com sede na Rua Pedro Moreira de Souza, nº215, Parque São João – Votorantim – SP, CEP: 18115-766, inscrita no CNPJ do MF sob nº 07.871.477/0001-91 e Inscrição Estadual nº 717.164.921.119, neste ato representada pelo Sr. **MILTON TOMAZ**, brasileiro, viúvo, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 1.661.290-1 SSP/PR, inscrito no CPF/MF nº 281.810.779-20, com endereço sito à Praça das Papoulas, nº 195, Bairro Ouro Branco - Londrina – PR, CEP: 86042-210, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente contrato administrativo, decorrente de processo de licitação conforme o Edital Nº 18/2020, Tomada de Preços Nº 06/2020 e Processo Administrativo nº 8050/2020 regido pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, mediante cláusulas e condições a seguir

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO


1



1.1. Constitui objeto deste contrato **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIAS EM LED, EM DIVERSOS PONTOS DO MUNICÍPIO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA, ANEXO 1 DO EDITAL.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O regime de execução será de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR GLOBAL

3.1. A execução do objeto deste Contrato, conforme descrito na cláusula anterior, a Contratante pagará a Contratada a importância de **R\$ 861.343,30 (oitocentos e sessenta e um mil trezentos e quarenta e três reais e trinta centavos).**

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE DE PREÇO

Não haverá reajuste preços.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. Os preços unitários ofertados pela Contratada na licitação, decorrentes da proposta financeira pelas obras previstas no objeto desta, se constituirão, a qualquer título, na única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução das obras.

5.2. As obras serão medidas unitariamente, de acordo com os itens indicados na planilha da proponente.

5.3. As obras objeto desta licitação serão medidas todo dia **30 (trinta) de cada mês**, sendo que a última medição será realizada no dia de seu término.

5.4. Apresentada à medição pela Contratada, fará a Prefeitura a sua conferência, que em caso de divergência em seus quantitativos, comunicará o fato para as devidas correções. Aprovada a medição, a licitante vencedora poderá apresentar a respectiva fatura à Prefeitura, e que efetuará o **pagamento no prazo de até 15 (quinze) dias, após sua liquidação** mediante apresentação dos comprovantes de recolhimento dos impostos e encargos sociais devidos, referente à execução do objeto do presente contrato.

Parágrafo único - A Contratada, para se habilitar convenientemente a qualquer pagamento, deverá estar em dia com o cumprimento de todas as suas obrigações tributárias, fiscais, de encargos trabalhistas, sociais e previdenciários resultantes



dos compromissos assumidos, obrigando-se, ainda, a apresentar à Contratante, juntamente com a nota fiscal as guias de recolhimento de Encargos Sociais (I.N.S.S e F.G.T.S) e impostos sobre serviços (I.S.S), devidamente quitadas, seguros, etc., já exigíveis, pelos quais responderá isoladamente.

5.5. Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à Contratada carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada ao Depto de Licitações no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

5.6. Caso a Contratada não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

5.7. Os preços iniciais propostos deverão obrigatoriamente, ser expressos em reais;

5.8. Nos preços acima aludidos encontram-se computados e diluídos todos ônus decorrentes de despesas diretas e indiretas, mão de obra, maquinários, apetrechos, encargos sociais e quaisquer outras despesas necessárias, mesmo que não tenham sido apontados expressamente pela Prefeitura, desde que tenha relação com os serviços a serem executados.

5.9. O valor das medições será obtido mediante a aplicação dos preços unitários em reais, da Contratada, às quantidades de serviços efetivamente executados, previsto em Planilha e condições do Edital do processo Licitatório.

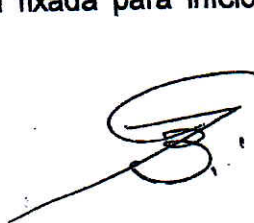
5.10. As medições serão efetuadas com a presença do responsável técnico da Contratada, somente sendo considerados nas mesmas os serviços efetivamente concluídos.

5.11. Se houver fatos novos que possam influir no comportamento dos preços definidos para este Contrato, estes poderão ser objeto de análises pela PMI para efeito de concretização dos serviços.

5.12. Quaisquer pagamentos serão feitos tendo-se como base os preços propostos.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS

6.1 O prazo de execução do objeto deste Contrato será de **120 (cento e vinte) dias, contados da expedição da competente Ordem de Início de Serviço** expedida pela Secretaria Municipal de Obras, com data fixada para início dos


3



serviços e prazo para a realização dos mesmos, sendo que o não cumprimento dos prazos estipulados implicará em multas previstas neste Contrato.

6.2 Os prazos de início, bem como, das etapas de execução poderão ser prorrogados, desde que devidamente justificados e aceitos pela fiscalização da Contratante, que procederá a anotação no diário de obras.

6.2.2 Constituem motivos de alteração dos prazos avençados:

6.2.2.1 Alteração do projeto ou especificação, pela Contratante;

6.2.2.2 Superveniência de fato que altere fundamentalmente as condições de execução deste Contrato;

6.2.2.3 Interrupção da execução deste Contrato ou diminuição do ritmo de trabalho, por ordem ou interesse da Contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 A fiscalização da execução do objeto do presente Contrato estará a cargo da Secretaria Municipal de Obras, com o poder de receber ou rejeitar as obras realizadas, sendo facultado à contratante transferir a responsabilidade pela fiscalização e/ou perícia técnica a empresa especialmente contratada para este fim.

7.2 Essa fiscalização em nenhuma hipótese eximirá a Contratada das responsabilidades contratuais e legais, bem como, sobre danos materiais ou pessoais que forem causados a terceiros, por seus funcionários ou preposto.

7.3 O objeto do presente certame será recebido provisoriamente pela **Secretaria Municipal de Obras**, que atestará o cumprimento das especificações constantes do objeto e memorial descritivo, bem como, das cláusulas firmadas neste Contrato.

7.4 Na hipótese de incorreções, estas deverão ser corrigidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou outro desde que expressamente consignado na notificação da **Secretaria Municipal de Obras** ou registrado no diário de obras, sob pena de se aplicar as penalidades previstas neste instrumento contratual e no Edital do processo licitatório.

7.5 Não havendo incorreções a serem reparadas, a **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO** expedirá termo de recebimento definitivo da obra.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES

8.1 DA CONTRATADA

8.1.1 A Contratada adotará medidas, precauções e cuidados tendentes a evitar danos materiais e pessoais a seus operários e a terceiros, bem como, todas as medidas necessárias à segurança na execução da obra, ficando sempre responsável pelas consequências originadas dos acidentes que se verificarem.

8.1.1.1 A Contratada se obriga a seguir rigorosamente as normas de segurança, dentre outras, as editadas pela A.B.N.T. (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

8.1.2 A Contratada obriga-se a desvincular da obra, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer funcionário ou serviço que não estiver a contento da fiscalização da Contratante.

8.1.3 A Contratada assumirá as seguintes obrigações:

a) Remover do canteiro de obras todos os materiais imprestáveis ou inaceitáveis, a juízo da fiscalização da Contratante;

b) Demolir, por conta própria, partes de obras executadas em desacordo com os projetos, especificações ou determinações da fiscalização, bem como as que apresentarem vícios e/ou defeitos de construção, refazendo-as dentro da boa técnica exigida, sem ônus para a Contratante;

c) Conduzir os serviços em estrita observância com as normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

d) Providenciar e manter atualizado o Diário de Ocorrências, que permanecerá em local de fácil acesso, disponível para os devidos lançamentos onde:

I - A Contratada obrigatoriamente registrará os problemas construtivos e as soluções adotadas, especificando as datas de início e conclusão das etapas e serviços;

II - A fiscalização da Prefeitura se obriga a registrar as atividades da Contratada, avaliando o andamento da execução da obra, qualidade de execução, recursos, ritmo da obra, problemas construtivos e todas as recomendações e determinações;

e) A fiscalização deverá anexar no competente processo de pagamento, as cópias do Diário de Ocorrência, que farão parte integrante do Contrato;



- f) A Contratada deverá colocar placa de obra onde estiver trabalhando. O modelo da placa será fornecido pela Contratante;
- g) Responder, civil e administrativamente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento do Contrato venha direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus à Contratante ou a terceiros.
- h) Arcar com todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto deste, bem como, o Município se isenta de qualquer vínculo empregatício.

8.1.4 A Contratada, dentro dos primeiros 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da ordem de serviço, assumirá responsabilidade técnica pela execução da obra junto ao CREA (A.R.T.), e demais órgãos competentes, devendo enviar os comprovantes (cópias) à Secretaria Municipal de Obras.

8.1.5 A Contratada se obrigará a efetuar comunicação de qualquer fato superveniente, no período de vigência deste Contrato, sob pena de aplicação da penalidade prevista no item 9.1. deste instrumento contratual.

8.2- DA CONTRATANTE

8.2.1 Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários à execução da obra;

8.2.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos determinados, de acordo com as medições dos serviços realizados.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 O não cumprimento das obrigações assumidas, assegurada a ampla defesa, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais penalidades previstas em Edital e demais cominações aplicáveis:

9.1.1 Advertência;

9.1.2 Multa:

9.1.3 Compensatória no percentual de 3,0% (três por cento), calculada sobre o valor total estimado da contratação, pela recusa em assinar o contrato e aceitar ou retirar a nota de empenho, no prazo de 05 (cinco) dias, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.



9.1.4 Multa de mora no percentual correspondente a 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor total estimado da contratação, por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias úteis, caracterizando inexecução parcial,

9.1.5 Multa compensatória no percentual de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor total estimado da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, caracterizando inexecução parcial do mesmo.

9.1.6 Multa compensatória no percentual de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total estimado da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, caracterizando inexecução total do mesmo.

9.1.7 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município da Estância Turística de Ibiúna, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

9.1.8 Declaração de inidoneidade.

9.2 A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo de monta ao interesse do serviço contratado.

9.3 Pelo atraso na execução das obras e dos serviços, por culpa exclusiva da contratada, e pela sua execução de forma incorreta, poderá ser aplicada multa, a ser determinada da seguinte maneira, sem prejuízo de outras cominações aplicáveis:

9.4 As multas serão cobradas em dobro a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso.

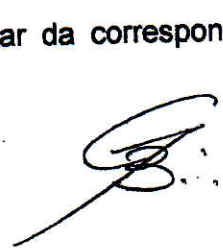
9.5 Quando estipulados prazos parciais a multa será calculada pelo percentual correspondente ao prazo global da obra ou serviço, incidente sobre o valor da etapa executada com atraso.

9.5.1 Para fins do disposto neste item, consideram-se prazos parciais aqueles estabelecidos para conclusão de parte da obra ou serviço, objetivando a sua ocupação antecipada.

9.5.2 Os dias de atraso serão corridos e contados a partir da data de entrega prevista.

9.6 A cobrança da multa será efetivada por desconto no pagamento das faturas ou ainda diretamente da contratada.

9.6.1 No caso de cobrança de multa diretamente da contratada, esta deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da correspondente notificação.


7




9.7 A penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com o Município da Estância Turística de Ibiúna, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízo à contratante:

9.7.1 Reincidência em descumprimento de prazo contratual;

9.7.2 Descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual;

9.7.3 Rescisão do contrato.

9.8 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser aplicada à Contratada:

9.8.1 Se descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos à Contratante;

9.9 As penalidades de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas ainda:

9.9.1 À contratada que tenha sofrido condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo, ou deixe de cumprir suas obrigações fiscais e para fiscais;

9.9.2 À contratada que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

9.10 As penalidades previstas de advertência, suspensão temporária ou de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a pena de multa.

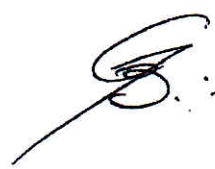
9.11 As penalidades previstas nos subitens 9.1.3 e 9.1.4 serão aplicadas pela autoridade competente, após instrução de processo administrativo iniciado para tal fim, assegurado a ampla defesa e o contraditório, pela contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 A inexecução total ou parcial deste instrumento contratual ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

10.2 Constituem motivos de rescisão deste contrato, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial:

10.2.1 O descumprimento total ou parcial, pela contratada, de quaisquer das obrigações previstas no Edital N°18/2020 Tomada de Preços N°06/2020, nos termos do Processo Administrativo N°8050/2020, bem como, das cláusulas constantes deste instrumento contratual;

 
8



- 10.2.2 A transferência total ou parcial deste contrato, em desacordo com a cláusula 13ª deste instrumento contratual;
- 10.2.3 O cometimento reiterado de faltas ou defeitos na execução das obras, serviços ou instalações;
- 10.2.4 A decretação de falência ou insolvência civil da contratada;
- 10.2.5 A dissolução da sociedade;
- 10.2.6 A alteração societária, do objeto social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da contratante, prejudique a execução do contrato;
- 10.2.7 O atraso injustificado no início da obra, serviços, instalações ou fornecimento;
- 10.2.8 A paralisação da obra, do serviço, instalações ou fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à contratante;
- 10.2.9 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- 10.2.10 A lentidão no seu cumprimento, levando a contratante a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, serviço, instalação ou fornecimento;
- 10.2.11 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- 10.2.12 A supressão, por parte da Administração, das obras, serviços, instalações ou fornecimento, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93;
- 10.2.13 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de serviços ou parcelas destes, já executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurando à contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- 10.2.14 A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de serviço ou fornecimento nos prazos contratuais;
- 10.2.15 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste contrato;
- 10.3. O conhecimento posterior de qualquer fato ou circunstância superveniente que desabone ou que afete a idoneidade ou a capacidade técnica da empresa

contratada, implicará necessariamente na rescisão contratual, se este instrumento já tiver sido assinado.

10.4. Verificada a rescisão contratual, cessarão automaticamente todas as atividades da contratada relativas aos serviços prestados. Estes, no estado em que se encontrarem, serão entregues à Contratante, que os executará, por si ou por terceiros, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.

10.5 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 O recebimento da obra não exonerará a Contratada, nem seus técnicos, de responsabilidade civil e técnica por futuros eventos decorrentes da execução da obra ou com ela relacionados, inclusive pelo prazo de 05 (cinco) anos.

"Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo."

11.2 São partes integrantes e complementares deste contrato os seguintes documentos:

- a) Proposta Comercial da Contratada;
- b) Memorial Descritivo com todas as suas especificações;
- c) Planilha Orçamentária;
- d) o Edital Nº18/2020 – Tomada de Preços Nº 06/2020 e Processo Administrativo Nº 8050/2020

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA TRANSFERÊNCIA CONTRATUAL

12.1. Tendo em vista que a obrigação firmada com a Contratada é obrigação de fim, esta poderá para tanto:

12.1.1. Subcontratar os serviços relativos ao objeto da presente licitação, conforme legislação vigente;

12.1.2. No caso da ocorrência de fusão, cisão ou incorporação, a contratada deverá comprovar a não diminuição de sua capacidade técnica, administrativa, financeira e operacional.



12.2. Para se proceder as mutações contratuais citadas, a contratada deverá:

12.2.1. Comunicar a pretensão à Contratante por escrito;

12.2.2. Juntar documentos que comprovem a viabilidade da modificação contratual pretendida, bem como, da idoneidade, capacidade técnica, administrativa, financeira e operacional do terceiro, para minimizar os riscos à Contratante;

12.2.3. Sujeitar-se à decisão da Contratante, seja ela qual for;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS SEGUROS

13.1- A empresa contratada se obriga a manter os seguintes seguros:

- a) Risco de responsabilidade civil do construtor (RCC);
- b) Contra acidentes de trabalho;
- c) Riscos diversos de acidentes físicos da obra.

13.1.1 O seguro referente ao Risco de Responsabilidade Civil do Construtor (RCC) será realizado pela Contratada, ficando totalmente responsável pelas despesas com a respectiva averbação nas condições das Normas e Rotinas da Apólice de Seguro.

13.1.2 A Contratada manterá, na forma da Lei, seguro obrigatório contra acidentes de trabalho, correndo à sua conta todas as despesas não cobertas pelo seguro, inclusive às relativas aos empregados de sub-empiteiras e sub-contratados.

13.1.3 A Contratada se obriga a fazer em companhia seguradora de sua livre escolha, seguro contra riscos diversos de acidentes físicos, fogo, etc... Em caso de sinistros não cobertos pelo seguro contratado, a Contratada responderá pelos danos e prejuízos que eventualmente causar ao Município ou à coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, em decorrência da execução das obras e serviços, correndo às suas expensas os ressarcimentos e/ou indenizações que tais danos venham a causar.

13.2 – Correrão por conta, responsabilidade e risco da Contratada as consequências de:

- 1. Sua negligência, imperícia, imprudência e/ou omissão;
- 2. Infiltração de qualquer espécie ou natureza;
- 3. Ato ilícito seu, de seus empregados ou de terceiros em tudo que se referir à obra



4. Acidentes de qualquer natureza com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiros, na obra e em decorrência dela.

13.3 Ocorrendo incêndio ou qualquer sinistro na obra, de modo a atingir os trabalhos a cargo da Contratada, terá esta, independentemente de cobertura do seguro, um prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a partir da notificação do Município, para dar início à reparação ou reconstrução das partes atingidas.

13.4 A Contratada se obriga a manter constante e permanente vigilância sobre os trabalhos executados, materiais e equipamentos, cabendo-lhe toda a responsabilidade por quaisquer perdas e danos que eventualmente venham a ocorrer no curso da obra.

13.5 A Contratada é responsável pela conservação dos serviços executados, inclusive no caso de erosão, cabendo ainda a guarda e manutenção da obra até o seu Recebimento Definitivo.

13.6 Até 02 (dois) anos após a data do Recebimento Definitivo das Obras, a Contratada, sem qualquer ônus para o Município, responderá pelos reparos que venham a se fazer necessários em decorrência de execução imperfeita dos trabalhos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

14.1. A **CONTRATADA** certifica neste ato, ter efetivado garantia no valor de R\$ 43.067,16 (quarenta e três mil sessenta e sete reais e dezesseis centavos) correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste contrato.

14.2. Após do fornecimento e expedição do Termo de Encerramento de Obrigações Contratuais, a **PREFEITURA**, mediante requerimento da **CONTRATADA**, efetuará a devolução da caução prestada para garantia contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA TOLERÂNCIA

15.1 Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas e condições deste Contrato e/ou partes integrantes deste, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer forma afetar ou prejudicar essas mesmas cláusulas e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

 
12



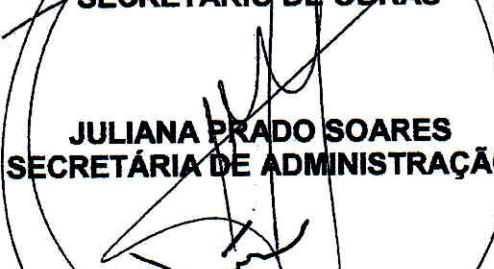
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 Elegem as partes, para dirimir questões oriundas do presente instrumento, não resolvidas administrativamente, o foro da Comarca de Ibiúna, Estado de São Paulo, com exceção de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Estando as partes, assim justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

Ibiúna, 01 de setembro de 2020.


GIULIANO BARBAGALLO
SECRETÁRIO DE OBRAS


JULIANA PRADO SOARES
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO


R.M. EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP
MILTON TOMAZ
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: 

NOME: 

RG Nº 57.333.187-X

RG Nº 944.641.897-68



CONTRATO Nº 59/2020.
ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE: PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA.

CONTRATADA: R.M. EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP.

VALOR: R\$ 861.343,30 (oitocentos e sessenta e um mil trezentos e quarenta e três reais e trinta centavos).

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIAS EM LED, EM DIVERSOS PONTOS DO MUNICÍPIO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA, ANEXO 1 DO EDITAL.

Nos termos do contrato nº 59/2020, desta data, fica pela presente, emitida a ORDEM DE SERVIÇOS, para serem executados e concluídos dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir do recebimento desta, nos termos do que dispõe a cláusula 6º do citado contrato.

Ibiúna, 01 de setembro de 2020.


GIULIANO BARBAGALLO
SECRETÁRIO DE OBRAS

RECEBEMOS A PRESENTE ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS

Ibiúna, 01 de setembro de 2020.


R.M. EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP
CONTRATADA 



TERMO DE CIÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONTRATANTE: PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA.

CONTRATADA: R.M. EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP.

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA
INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIAS EM LED, EM DIVERSOS PONTOS DO
MUNICÍPIO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA, ANEXO 1 DO EDITAL.**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito à análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, despachos e decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato, deverá ser comunicada pelo interessado, mediante peticionamento no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) acompanhar os atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

 
15
7



b) se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Ibiúna – SP, 01 de setembro de 2020.

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

João Benedicto de Mello Neto

Prefeito

CPF/MF nº 944.641.897-68

RG nº 14.689.106-5 SSP/SP

Data de nascimento: 19/08/1967

Endereço residencial: Rua Cirineu Soares de Campos, 5, Centro – CEP 18.150-000 – Ibiúna – SP.

E-mail institucional: gabinete@ibiuna.sp.gov.br

E-mail pessoal: joaomello@me.com

Telefone: (15) 3248-9900

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pela CONTRATANTE:

João Benedicto de Mello Neto

Prefeito

CPF/MF nº 944.641.897-68

RG nº 14.689.106-5 SSP/SP

Data de nascimento: 19/08/1967

Endereço residencial: Rua Cirineu Soares de Campos, 5, Centro – CEP 18.150-000 – Ibiúna – SP.

E-mail institucional: gabinete@ibiuna.sp.gov.br

E-mail pessoal: joaomello@me.com

Telefone: (15) 3248-9900

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Milton Tomaz

Empresário

CPF/MF nº 281.810.779-20

RG nº 1.661.290-1 SSP/PR

Data de nascimento: 13/05/1956

Endereço residencial: Praça das Papoulas, nº 195, Bairro Ouro Branco - Londrina – PR, CEP: 86042-210

E-mail institucional: licitacao@rmempreendimentos.com.br

E-mail pessoal: tomazmilton@bol.com.br

16



Prefeitura da Estância Turística de
IBIÚNA
TRANSFORMAÇÃO RESPONSÁVEL. CUIDADO DE PESSOAS.



SECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO

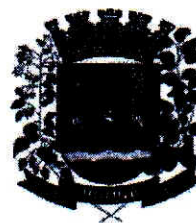
Telefones: (15)99158-1931 / (15)3242-4780

Assinatura: _____

 17 

Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna

Estado de São Paulo
Secretaria de Obras



Ofício nº 094/2021

Resposta ao Dr. Tadeu Antônio Soares
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos.

Estância Turística de Ibiúna, 06 de maio de 2021.

Honra-me cumprimenta-lo e, nesta oportunidade, responder à solicitação feita a respeito do Contrato Administrativo Nº 59/2020, Tomada de Preços Nº 06/2020, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIAS EM LED, EM DIVERSOS PONTOS DO MUNICÍPIO.

Conforme foi levantado por vistoria realizada nos dias 17, 18 e 19 de fevereiro de 2021, foram contabilizadas 277 Luminárias de LED instaladas pela empresa, conforme aponta planilha orçamentária anexa referente a esta 1ª Medição.

Assim sendo, esta secretaria nada se opõe quanto à liberação do pagamento referente à primeira medição, tampouco se opõe quanto à retomada da execução contratual.

Sem mais, apresento minhas melhores considerações.

Atenciosamente,


Kelvin Christian R. Alves
Engenheiro Civil
CREA 506396/1030
Kelvin Christian Rodrigues Alves
Secretário de Obras

À
SECRETARIA DE NEGÓCIOS JURÍDICOS
IBIÚNA/SP

PLANILHA DE MEDIÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

OBJETO: Instalação de luminárias em LED, em diversos pontos do município

ENDEREÇO: Diversos pontos do município

DATA DA ELABORAÇÃO: 09/07/2020

FONTE: SINAPI Maio/2020 /CPOS 178

PRazo DE EXECUÇÃO:



Item	Quantidade	Descrição dos materiais	Unidade	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor do BDI (R\$)	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
SINALIZAÇÃO DE OBRA								
1.1	83401	BRACO P/ LUMINARIA PUBLICA, EM TUBO ACO GALV 3/4, P/ FIXACAO EM POSTE OU PAREDE, BRAÇO PADRÃO MÉDIO CPFL - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNI	870,00	R\$ 68,32	R\$ 11,31	R\$ 79,63	R\$ 69.278,19
1.2	83402	ABRACADEIRA DE FIXACAO DE BRACOS DE LUMINARIAS DE 4" - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNI	870,00	R\$ 26,05	R\$ 4,31	R\$ 30,36	R\$ 26.415,35
ILUMINAÇÃO								
2.1	41.11.703	LUMINARIA LED RETANGULAR PARA POSTE DE 10.400 ATÉ 13.200 lm, EFICIÊNCIA MÍNIMA 107 lm/W	UNI	870,00	R\$ 717,35	R\$ 118,75	R\$ 836,10	R\$ 727.410,87
2.2	83399	RELE FOTOELETRICO P/ COMANDO DE ILUMINACAO EXTERNA 220V/1000W - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNI	870,00	R\$ 18,97	R\$ 3,14	R\$ 22,11	R\$ 19.236,06
2.3	91977	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	3.480,00	R\$ 1,58	R\$ 0,26	R\$ 1,84	R\$ 6.408,64
2.4	73767/001	GRAMPO PARALELO EM ALUMINIO FUNDIDO OU ESTRUBADO DE 2 PARAFUSOS, PASTA ANTIOXIDANTE. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNI	1.740,00	R\$ 6,21	R\$ 1,03	R\$ 7,24	R\$ 12.594,19
TOTAL								

PERCENTUAL MEDIÇÃO:	31,48%
PERCENTUAL ACUMULADO	31,48%
PERCENTUAL FALTANTE:	68,52%

Nome: Patrick Cristopher Ruivo Cruzoleto
Título: Chefe de Planejamento
Crea/Cau: 5070818509

Patrick C. Ruivo Cruzoleto
Engenheiro Civil
CREA-SP N°5070818509

MEDICÃO 1									
VALOR DA MEDICÃO:		R\$	271.126,22	VALOR SEM BDI	R\$	232.617,34	VALOR DO BDI	R\$	38.508,88
		Data:		Período:		Desempenho:		#DIV/0!	
Quantidades Medições		Valores Medições							
0,00	277,00	277,00	-	R\$ 18.924,64	R\$ 3.132,90	R\$ 22.057,54	R\$ 22.057,54	R\$ 47.220,65	68,16%
0,00	277,00	277,00	-	R\$ 7.215,85	R\$ 1.194,56	R\$ 8.410,41	R\$ 8.410,41	R\$ 18.004,94	68,16%
0,00	277,00	277,00	-	R\$ 198.705,95	R\$ 32.894,98	R\$ 231.600,93	R\$ 231.600,93	R\$ 495.809,94	68,16%
0,00	136,00	136,00	-	R\$ 2.579,92	R\$ 427,10	R\$ 3.007,02	R\$ 3.007,02	R\$ 16.229,04	84,37%
0,00	1108,00	1108,00	-	R\$ 1.750,64	R\$ 289,81	R\$ 2.040,45	R\$ 2.040,45	R\$ 4.368,19	68,16%
0,00	554,00	554,00	-	R\$ 3.440,34	R\$ 569,53	R\$ 4.009,87	R\$ 4.009,87	R\$ 8.584,32	68,16%

1/1